

HISTORIOGRAFIA E LEGITIMAÇÃO DE PODER EM PORTUGAL E CASTELA (SÉCULOS XIV – XV)

HISTORIOGRAPHY AND POWER LEGITIMATION IN PORTUGAL AND CASTELA (CENTURIES XIV - XV)

Rodrigo Barbosa Schiavinato*
rodrigo.schiavinato@outlook.com

RESUMO: Trabalho de análise dos métodos cronísticos de escritores que produziram obras nos séculos XIV e XV e viveram nos reinos de Castela e Portugal. Pero Lopez de Ayala, Fernán Perez de Guzman, Fernão Lopes, Gomes Eanes de Zurara e Rui de Pina foram cronistas a serviço de seus reis. Escreveram histórias inseridas em contexto de propaganda régia com vistas à legitimação e afirmação dinásticas, como a dinastia Trastámara em Castela e a dinastia de Avis em Portugal. Foram analisados os métodos e concepções que estes escritores possuíam do fazer cronístico paralelamente aos interesses decorridos dos financiadores.

PALAVRAS-CHAVE: História da historiografia medieval; Península Ibérica; crônicas medievais.

ABSTRACT: Did this work analyze the methods of doing historiographical of writers who produced their works in the fourteenth and fifteenth centuries and lived in the kingdoms of Castile and Portugal. Fernan Perez de Guzman, Pero Lopez de Ayala, Fernão Lopes, Gomes Eanes de Zurara and Rui de Pina chroniclers were in the service of royal houses. Did yours office consist of writing stories that were inserted in the context of propaganda and legitimations regal and dynastic encouragement, as Trastámara dynasty in Castile and Avis dynasty in Portugal. Did we analyze the methods and concepts that these writers had to make middle ages historiographical parallel to the interests of their funders.

KEYWORDS: History of historiography; Iberian Peninsula; medieval chronicles.

A concepção historiográfica de cronistas da Península Ibérica que viveram nos séculos XIV e XV e historiaram feitos dos principais personagens de sua época, estes que foram reis, príncipes, nobres e eclesiásticos, indivíduos pertencentes a ramos familiares nobiliárquicos que exerciam o poder de fato e que rivalizavam, apoiavam ou compunham a casa real, tanto em Portugal como em Castela, se tornou objeto pertinente de análise ao se buscar as bases do fazer historiográfico do medievo. Estudar a concepção de crônica que estes escritores possuíam garantiram a análise dos métodos de pesquisa outorgados às obras verificadas. Especificamente, o foco deste artigo perpassou o contexto histórico de produção dos escritos e a concepção de História, memória, verdade, autoridade, legitimidade, e os modelos de realeza e nobreza apresentados por estes escritores da Península Ibérica.

Foram examinadas obras dos cronistas castelhanos Pero Lopez de Ayala (1332-1407), Fernan Perez de Guzman (1376?-1460?), dos portugueses Fernão Lopes (1385?-1460), Gomes Eanes de Zurara (1410-1474) e Rui de Pina (1440-1522). O objeto orbitou nos modelos de verificação do real e nas influências decorridas dos círculos aos quais estes escritores pertenciam. Foram estabelecidos pontos em comum entre as esferas de vivência destes

* Doutorado em História pela Universidade Federal do Paraná (UFPR).

homens de saber e os seus escritos, observando o discurso legitimador (verdade, autoridade) presente em suas obras anexo aos agentes financiadores dos documentos (realza e nobreza). Portanto, a simbiose texto/contexto foi exercida na análise do quanto as realidades políticas e nobiliárquicas influenciaram e foram influenciadas pelos aspectos teóricos advindos dos escritores baixo medievais. As relações de poder do período permearam estes escritos nas suas concepções teórico-metodológicas e nortearam os aspectos factuais/historiográficos do que foi apresentado nos registros avaliados.

Contextualmente, os cronistas analisados neste artigo emergiram em período de consolidação dinástica em Portugal e Castela. No reino castelhano, Pero Lopez de Ayala iniciou a produção de suas crônicas após a queda de D. Pedro I (1350-1369) em adjacência à emergência da dinastia Trastâmara. Pedro, o *Cruel*, apesar de ser o rei legítimo, encontrava resistência da nobreza terratenente ligada a D. Henrique, o Trastâmara (1369-1379), que ainda possuía o nobre português Diogo Lopes Pacheco, na época, exilado de Portugal devido ao possível envolvimento no assassinato de Inês de Castro, como aliado. A morte do rei castelhano, além das questões específicas de Castela, representou, no plano micro, imbrólios conjunturais envolvendo a Guerra dos Cem Anos entre França e Inglaterra. D. Pedro de Castela era aliado do reino inglês, enquanto Henrique recebia apoio do reino francês. A vitória na batalha de Nájera em 1367 com a participação do príncipe negro da Inglaterra prolongou por dois anos a queda da antiga dinastia, porém, mesmo este episódio já revelava forte divisão no reino de Castela amplificada pela crise econômica decorrente dos custos da guerra civil. Em 1369, D. Pedro foi assassinato por seu meio irmão e futuro rei D. Henrique Trastâmara, monarca que iniciou nova dinastia e precisou lançar mão de instrumentos simbólicos enquanto fonte de legitimidade. (GOMES, 2009)

Em Portugal, as produções das crônicas analisadas aconteceram em momento posterior ao fim da dinastia de Borgonha. O rei D. Fernando (1367-1383) foi um personagem chave nos antecedentes da mudança de dinastia. Durante seu governo, a Guerra dos Cem Anos entre Inglaterra e França refletiu nos limites portugueses através das guerras contra Castela. D. Fernando era apoiado por famílias opositoras ao rei D. Henrique II como os Castros, Teles de Menezes e Vilhenas, além de ter acordos comerciais e políticos com a Inglaterra, reino inimigo da França, que por sua vez era aliada de Castela. (ORTA, 2010) Portugal, a partir de D. Fernando, adentrou de forma efetiva aos conflitos envolvendo os dois blocos que se

polarizavam na cristandade europeia e obteve o apoio de seu aliado histórico, a Inglaterra, reino que no ano de 1353 assinou um tratado comercial com o reino português em que ficava estabelecido aos mercadores do Porto e de Lisboa a possibilidade de trocar mercadorias nos portos ingleses e na região continental da Bretanha. (SCHIAVINATO, 2011)

O reino de Portugal invadiu Castela em 1381, dois anos após a morte de D. Henrique II. D. Fernando obteve apoio da Inglaterra e do nobre João Fernandes Andeiro em conflito sem vencedores. Posteriormente, os reis D. Fernando e D. Juan (1379-1390) assinaram um acordo de paz fundamentado em política de casamentos. Beatriz, filha do rei português, se casou com o rei castelhano. Fazia parte do acordo, ainda, a regência do reino de Portugal pelos rei e rainha de Castela caso D. Fernando morresse sem deixar sucessor masculino. D. Fernando morreu em 1383 sem herdeiro e Portugal passou à regência da rainha viúva Leonor Teles. O episódio levantou desconfiança dos nobres portugueses, principalmente os de segunda linhagem, descontentes, pois o posicionamento da rainha e a conseqüente influência do Conde Andeiro pendiam para o lado castelhano. Este impasse levou ao assassinato do Conde, com participação do Mestre de Avis, D. João, e o exílio de Leonor Teles em Castela. Em 1385, após tensas discussões nas Cortes de Coimbra, D. João I (1385-1433) foi nomeado rei de Portugal e inaugurou a dinastia de Avis. (ORTA, 2010)

Apesar das particularidades, as mudanças de dinastia em Castela e Portugal foram o ponto comum do discurso legitimador dos cronistas régios. Estas teias pelo poder que culminaram em quebras dinásticas nestes dois reinos ibéricos influenciaram de forma direta Pero Lopez de Ayala e Fernão Lopes. Pero Lopez de Ayala, antigo integrante da administração de Pedro, o *Cruel*, produziu suas crônicas a serviço da dinastia Trastâmara com o objetivo de justificar o regicídio protagonizado por Henrique. Ao escrever em contexto de legitimação dinástica, Pero Lopez de Ayala exagerou nos excessos do rei D. Pedro de Castela, pois seu olhar principal estava na volta da justiça ao reino através da providência, braço sagrado legitimador da nova casa real. Esta abordagem conferia caráter de determinação aos desdobramentos históricos. Enquanto cronista a serviço da casa régia, Ayala trabalhou no Conselho do rei, participando como vassalo dos conflitos envolvendo a casa real, proximidade que ocasionou sua prisão após as batalhas de Nájera em 1367 e Aljubarrota em 1385. Sua obra consiste nas *Crônicas de D. Pedro, D. Henrique II, D. Juan e D. Henrique III (1390-1406)*. (MERCURI, 2009)

Em Portugal, a afirmação da dinastia de Avis no final do século XIV impulsionou a produção de Histórias, a exemplo de Castela, a partir do gênero crônica. Entender os pressupostos desta mudança é vital para a compreensão dos direcionamentos dos cronistas portugueses analisados. Fernão Lopes, Gomes Eanes de Zurara e Rui de Pina foram funcionários de reis avisinos e representaram vozes oficiais da propaganda régia portuguesa. A partir de 1385 com o início da dinastia de Avis, a casa real buscou estratégias propagandísticas como forma de legitimar a quebra de uma tradição sucessória encerrada com D. Fernando. O começo da produção das crônicas de Fernão Lopes e o consequente surgimento do ofício de cronista régio no reinado de D. Duarte (1433-1438) fizeram parte desta política.

Fernão Lopes, indivíduo proveniente da cidade, desempenhou a função de tabelião, o que lhe garantiu experiência no manejo de documentos oficiais. Foi durante o reinado de D. Duarte que Fernão Lopes, guarda-mor da Torre do Tombo, ascendeu à condição de cronista e “*vassalo del rei*”, recebendo a missão de ordenar uma crônica geral e historiar os reis de Portugal. Começou a produção, em data estimada de 1434, das *Crônicas de D. Pedro* e em 1437 das *Crônicas de D. Fernando e D. João I*. (SCHIAVINATO, 2011)

No reinado de D. Afonso V (1448 – 1477), Fernão Lopes deixou o ofício de cronista oficial ao cargo de Gomes Eanes de Zurara, escritor que escreveu a terceira parte da *Crônica de D. João I* em 1449, a *Crônica da tomada e conquista de Guiné* em 1452, a *Crônica dos feitos de D. Pedro de Meneses* entre 1458 e 1464 e a *Crônica do Conde D. Duarte de Meneses* em 1468. Gomes Eanes de Zurara já exercia o ofício de cronista antes de ser nomeado oficialmente. Trabalhou e foi ajudado por Fernão Lopes, escrevendo textos já preparados pelo antecessor. No entanto, esta prática não evidenciava o plágio moderno, pois a produção de crônicas fazia parte de um projeto mais amplo de registro de Histórias oficiais, tornando prática comum ao cronista utilizar materiais já produzidos como forma de demonstrar continuidade ao projeto iniciado. Segundo Daniel Orta, Gomes Eanes de Zurara foi filho de eclesiástico e educado pedagogicamente pelo filósofo e poeta Mateus de Pisano, italiano nomeado preceptor da Corte no ano de 1446 pelo regente D. Pedro (1439-1448), nobre que exerceu o governo português durante a menoridade de D. Afonso V. (ORTA, 2010)

Enquanto Fernão Lopes protagonizou ao povo português personagem importante em seus escritos, Gomes Eanes de Zurara pouco espaço deu aos anônimos. A importância esporádica que o cronista dedicou à arraia miúda deveu-se a um estágio avançado de legitimação dinástica em que as posições sociais se encontravam em configuração estável, tornando desnecessário retratar as agitações que, no período de D. Afonso V, estavam equilibradas de acordo com a lógica dominante da organicidade da sociedade. A principal preocupação do cronista, portanto, consistiu na produção de obras, análises e verificações sobre a realeza e a nobreza, esvaziando a importância do povo enquanto personagem.¹ (DUARTE, 2002)

Gomes Eanes de Zurara foi substituído por Vasco Fernandes Lucena como cronista oficial do reino, escritor que não publicou obras históricas e foi sucedido por Rui de Pina em 1497, durante o reinado de D. Manuel (1495-1521). Rui de Pina fez parte de missões diplomáticas em Castela (1482) e em Roma (1484) no período em que foi secretário de D. João II (1481-1495). Escreveu as *Crônica de D. Afonso V*, *Crônica de D. João II* e *Crônica de D. Duarte*, as duas primeiras compostas após 1495 e a última produzida posteriormente a 1504. (SERRÃO, 1977) O cronista esteve inserido em processo de produção de obras históricas que no período se encontrava em nível avançado em comparação às produções anteriores. Rui de Pina obteve acesso a um amplo acervo de referências documentais da História portuguesa não existente, em termos quantitativos, no período de afirmação da dinastia de Avis. Além do mais, no fim do século XV e começo do XVI, as configurações sociais em Portugal estavam mais estáveis do que na época das agitações decorrentes da morte do rei D. Fernando. Portanto, nos escritos do cronista Rui de Pina, fica em evidência a defesa dos grandes feitos dos reis portugueses, em especial à linhagem avisina e seus antecessores diretos, clareza de direcionamento em paralelo ao período em que a monarquia portuguesa buscava meios propagandísticos para reforçar a sua legitimidade.

¹ (...) se em todollos regnos fazerem geeraaes crônicas dos rex delles, nom se leixa porem de screver apartadamente os feitos dalguus seus vassallos, quando o grandor delles he assy notavel de que se com razom dever fazer apartada scriptura; assy como se fez em França do due Joham senhor de Lançam, e em Castella dos feitos do Cide Ruy Dyaz, e ainda no nosso regno dos do conde Nunalvarez Pereira, da qual cousa os príncipes reaaes nom devem ser pouco contentes, ca tanto mais a sua honra he alevantada, quanto elles ham senhoryo sobre mayores e mais excellentes persoas, ca nenhum príncipe nom pode seer grande, se elle nom regra sobre grandes, nem rico, sem nom senhorea sobre ricos. (ZURARA, 1841, p. 04)

Em comum, estes cronistas possuíam os preceitos metodológicos característicos do baixo medievo. Estas fontes são compostas de narrativas versadas por pressupostos tradicionais cristãos, tanto recriados, como retomados conforme os interesses de seus produtores. Os escritos cronísticos cultuavam modelos e anti-modelos políticos, culturais e ideológicos e, enquanto formas de narração, possuíam temas, personagens, foco, espaço, tempo e enredo. Nestes termos e para o campo de estudos em História, as crônicas podem ser estudadas para análises ligadas ao gênero, semiótica, construção de identidades, propaganda do poder, importação e apropriação de modelos, estudos sobre messianismo, análises de personagens específicos, discursos políticos e construções teóricas de conceitos, (GUIMARÃES, 2012) ferramenta utilizada em pesquisas voltadas para a História das ideias.

Modelos ideológicos de legitimidade contidos nas fontes cronísticas medievais revelavam construções narrativas compartilhadas pelos meios dominantes da sociedade. Estas obras possuíam a finalidade de alavancar uma imagem de estabilidade, unidade, identidade e cristalização de preceitos políticos, ideológicos e comportamentais referentes à realeza. De fato, as crônicas faziam parte de desígnios sócio-políticos de reforço e perpetuação histórica dos reinos de forma análoga a projetos de propaganda régia (FERNANDES, 2011). Apesar da particularidade de cada escritor, estes eram financiados por casas reais que buscavam força e reforço de autoridade ao fazer uso de instrumentos de propaganda que perpassavam o campo do fazer discursivo. Porém, os cronistas empreenderam pesquisa de tonalidade historiográfica ao perpetrar uso de métodos quantitativos documentais e qualitativos ao utilizarem enquanto referência autores clássicos e legitimados pelos círculos culturais medievais.

Apesar de representantes do poder real, os cronistas oficiais dos reinos da Península Ibérica defendiam a verdade acima dos interesses privados. Logo, os grandes objetivos cronísticos perpassavam as ideias de verdade e autoridade de modo a atestar legitimidade aos escritos. Ademais, obras historiográficas (incluídas as crônicas neste gênero), revelavam o eixo central voltado para os grandes feitos. Não obstante a aparente multiplicidade de temas e abordagens, o foco principal das análises privilegiava os fatos oficiais enquanto perpetuação da memória. No recorrente para os escritores baixo medievais, apenas os personagens grandiosos eram dignos de lembranças, pois a verdade, autoridade e memória cristalizavam modelos de conduta de personalidades heroicas e exemplificadas. (GUENÉE, 2006)

O modelo inspirador de Pero Lopez de Ayala, em termos estéticos e estruturais, foi Tito Lívio, (ROSELL 1953) além de Santo Gregório, Isidoro de Sevilha, Homero e Boécio. Como homem de saber de sua época, atestou cientificamente suas análises a partir dos clássicos da História e do Direito, notadamente, das concepções filosóficas do Direito do medievo. O contemporâneo Perez de Guzman, seguindo o mesmo princípio, revelou a concepção recorrente do século XIV de que o discurso histórico buscava a verdade ao reforçar seu caráter científico, conceito que no período estava relacionado à autoridade e à legitimidade de autores clássicos.² Desta forma, Pero Lopez de Ayala começou seu próêmio exaltando a importância da História para preservação da memória e exemplo para o presente. Seus escritos foram relatos cronísticos/historiográficos carregados de dados factuais fortemente contextualizados, pois foram elementos contemporâneos a seu escritor.³

O prólogo crítico das Crônicas de Pero Lopez de Ayala, escrita pelo historiador aragonês Gerónimo Zurita (1512-1580), exaltou a figura do cronista castelhano e o relacionou ao círculo nobiliárquico de seu tempo. A História escrita, neste sentido, precisava estar legitimada por uma autoridade oficial, princípio garantidor da verdade. Portanto, a História devia ser apresentada de cima para baixo e estar de acordo com os interesses dos grupos no poder. Os personagens principais dos relatos sobressaíam dos meios elitizados em que realeza e nobreza tomavam a frente, formando a sociedade política daqueles tempos.⁴ Mesmo que a intenção destes homens de saber decorresse da verdade histórica isenta e autônoma, conforme o discurso recorrente, as mentalidades dos estratos elitizados compunham o modo operacional das organizações sociais apresentadas nos textos.

Prosseguindo nos escritos iniciados com Pero Lopez de Ayala, o castelhano Fernan Perez de Guzman, Senhor de Batres, autor da *Crônica de D. Juan II* (1406-1454), discorreu sobre os mesmos preceitos metodológicos recursivos. No prólogo, percebe-se de início as obras clássicas que foram lidas e influenciaram seu autor, entre as principais, Plutarco,

² (...) fué inclinado á las ciencias. É con esto gran parte de tiempo ocupaba em leer y estudiar, no en obras de derecho, sino en Filosofia é Historias. (PEREZ DE GUZMAN, 1953, p. 703)

³ La memoria de los omes es muy flaca, é non se puede acordar de todas las cosas que em tiempo pasado acaescieron; por lo qual los Sabios antiguos fallaron ciertas letras é artes de escrebir, porque las ciencias é grandes fechos que acaescieron en el mundo fuesen bien, é se guardar de mal. (LOPEZ DE AYALA, 1953, p. 399)

⁴ (...) la memoria de las cosas sucedidas em los Reynados de estos Príncipes se encomendó á personas de mucha autoridad, como es tan necesario que sea, y que fueran mucha parte en el consejo de las mayores cosas que por ellos pasaron. Entre ellos el mas señalado es Don Pedro de Ayala, Chanciller mayor de Castilla, que escribió muy ordenadamente lo que tocaba á sus tiempos desde el principio del Reynado del Rey Don Pedro hasta los cinco años primeros del Rey Don Henrique el III. (ZURITA, 1953, p. 395)

Suetonio, Laércio, Boécio, Tito Lívio, Homero, Virgílio e Sêneca. Estes escritores clássicos, porém, eram filtrados para as realidades da cristandade que os cronistas objetivavam representar, de modo que as referências aos autores antigos significavam maior legitimidade política do que amparo teórico e metodológico. As alusões estavam relacionadas às autoridades (políticas ou intelectuais) historicamente consolidadas.

Para Fernan Perez de Guzman, a história devia servir de exemplo aos detentores do poder e nortear, nos feitos dos grandes heróis, as ações dos reis para que os reinos estivessem sempre assentados na justiça de acordo com os preceitos da organicidade social, princípio característico do medievo que concebia os grupos estratificados enquanto membros de um corpo que era conduzido pela figura do rei. Os príncipes teriam a missão de seguir os bons exemplos presentes na História, sobretudo os provenientes dos grandes personagens, os vencedores, os modelos de conduta, referência moral e governativa.⁵

O estilo de Fernan Perez de Guzman foi caracterizado pela concisão, imparcialidade, simplicidade e clareza. Na obra *Generaciones y Semblanzas*, pequenos retratos biográficos de personagens importantes foram analisados por um olhar moralizador cristão influenciado por autores greco-romanos. Outra característica relevante em Perez de Guzman decorreu da descrição psicológica empreendida aos personagens retratados, além das qualidades físicas. A preocupação com o corpo tão recorrente do século XVI esteve presente na obra de Fernan Perez de Guzman conjuntamente às preocupações da baixa Idade Média em situar os indivíduos a partir de um grupo privilegiado pela superioridade de uma linhagem. (CASTILLO MATHIEU, 1978) No prólogo de *Generaciones y Semblanzas*, o discurso defensor da verdade dos fatos esteve em paralelo às influências de obras clássicas romanas.⁶ Em termos teóricos, se percebe a filtração de conceitos clássicos às realidades sociais do medievo em que os meios nobiliárquicos estariam no vértice da hierarquia entre as camadas, conforme as divisões de grupo do período.

⁵ (...) á todo Príncipe conviene mucho leer los hechos pasados para ordenanza de los presentes é providencia de los venideros (...) E los que tal cuidado tomaron, sin dubda son dignos de eterna memoria, é sonles debidos soberanos honores. (PEREZ DE GUZMAN, 1953, p. 277)

⁶ (...) mucho notable é útil oficio que en el tiempo antiguo que Roma usaba de gran policia é civilidad se platicaba (...) que habia poder de esaminar é corregir las costumbres de los cibdadanos. (PEREZ DE GUZMAN, 1953, p. 697)

Fernão Lopes, cronista que compartilhava destas concepções voltadas à organicidade social e legitimidade de discurso enquanto fonte de autoridade política e intelectual, foi profundo crítico da adulação aos senhores financiadores de obras historiográficas. Segundo o autor, estas abordagens prejudicavam a isenção necessária aos escritores e homens de saber. No início da *Crônica de D. João I*, o embate discursivo obteve como alvo as lisonjas destinadas aos homens que possuíam fortes raízes ao próprio meio, pois os mesmos possuíam interesses não condizentes com a imparcialidade defendida pelo cronista. O alvo da crítica de Fernão Lopes foi Pero Lopez de Ayala, pois o castelhano, principal influência do português para a produção da *Crônica de D. Pedro*, utilizou enquanto ferramenta propagandística a defesa de interesses ao se referir à mudança dinástica ocorrida em Castela. Porém, ambos os cronistas fizeram parte de um contexto em que utilizar a história para bajular seus financiadores era prática comum, apesar do discurso de legitimidade e isenção.⁷

As proximidades teóricas entre Ayala, Guzman e Lopes verificaram-se, apesar de certo distanciamento, em Zurara, cronista que, nos prólogos da terceira parte da *Crônica de D. João I* e da *Crônica da tomada e conquista de Guiné*, justificou a adulação aos reis da dinastia de Avis por preceitos bíblicos do Antigo e do Novo Testamento. A verdade de Zurara no texto da *Crônica de D. João I* esteve mais ligada às autoridades religiosas do que aos métodos históricos válidos para aquele período. A legitimação do rei e dos infantes seguiu nos escritos do cronista um discurso intensamente voltado para o naturalismo orgânico característico no pensamento hierocrático do baixo medievo. (DUARTE, 2002) Gomes Eanes de Zurara atestou, portanto, a legitimidade das principais linhagens enquanto um grande benefício de Deus.⁸

Os métodos de Gomes Eanes de Zurara foram abalizados na utilização de documentos escritos e nos testemunhos provenientes da tradição. Segundo Joaquim Veríssimo Serrão, o escritor também se preocupou com a realidade geográfica dos locais em que suas Histórias se inseriram. Portanto, o cronista transitou entre os documentos oficiais, a

⁷ E tal favoreza como esta nasce de mundanal afeição, a qual não é salvo conformidade dalguma cousa ao entendimento do homem (...) nós, engando per ignorância de velhas escrituras e desvairados autores, bem podíamos, ditando, errar, porque, escrevendo homem do que não é certo, ou contará mais curto do que foi, ou falará mais largo do que deve. Mas mentira em este volume é muito afastada da nossa vontade. (LOPES, 1977, p. 84 – 85)

⁸ (...) recebemos de Deos grande beneficcio, per tres maneiras: a primeira por muytas almas que se salvarom, e aynda salvaróm, da linhagem daquestes que ja teemos em poder: a segunda por grandes beneficcios que deles geralmente recebemos em nossa serventya: a terceira pella grande honra que o nosso regno geralmente recebe em muytas partes, sojugando tamanho poder de inimigos tam longe de nossa terra. (ZURARA, 1841, p. 07)

tradição e a geo-história. Neste quesito, se aproximou de Fernão Lopes na tentativa de estabelecer relatos concretamente sustentados pela realidade em análises construídas à luz de modelos cavaleirescos e justificadas demasiadamente pela Bíblia e pelos autores clássicos. Pesa a favor de Gomes Eanes de Zurara sua aproximação, em termos cronológicos, de seus relatos descritos, pois, ao contrário de Fernão Lopes, pôde ter acesso a testemunhos diretos dos fatos que escreveu. Desta forma, Gomes Eanes de Zurara instrumentalizou as fontes orais em seus relatos, prática metodológica usualmente corriqueira no período. (SERRÃO, 1977)

Como as crônicas régias portuguesas começaram a ser escritas enquanto voz oficial no período de D. Duarte, a própria experiência do fazer historiográfico/cronístico mostrava sinais de maturação, pois o cronista optou por exaltar os principais personagens reais portugueses como dotados de valores universais e naturais sem, no entanto, possuir as mesmas preocupações de Fernão Lopes em justificar a própria escrita como o ocorrido na primeira parte da *Crônica de D. João I*. Além do mais, Gomes Eanes de Zurara elevou a esfera de adulação aos reis avisinos D. João I, D. Duarte e D. Afonso V em relação a Fernão Lopes, com discurso voltado aos cânones da Igreja em posicionamento direcionado aos interesses da casa real portuguesa.⁹

Gomes Eanes de Zurara discorreu em defesa dos valores morais apresentados por Tomás de Aquino e pelo rei bíblico Salomão. Seguindo a lógica do Aquinate, o cronista comparou as obras da natureza com a moral do homem, alegando que, àquele que faz o bem, seu retorno acontece de forma natural.¹⁰ O cronista quis demonstrar que o leitor, ao ler a sua obra, estaria diante do resultado de um relato honesto, legitimado, de quem teve a intenção de apenas escrever de forma benevolente sobre a verdade, além de instigar, nos receptores de sua crônica, a importância do estudo do passado para que os bons exemplos

⁹ (...) diz o Apoftolo Sanctiagio na fua primeira Canonica, que toda boa doaçam, & todo liberal outorgamento de fim a decende do Padre dos lumes, que fobre efto efparge os rayos de fua bondade. E porque nós tenhamos ouzia de lhe pedirmos ajuda pera todas noffas coufas, elle mefmo nos conuida no capitulo de Sam Matheus (...) no capitulo 16 de Euangelho de S. Iohão manda, q peçamos, & receberemos, no que parece, que fem receo o deuemos rogar, que nos ajude (...) De fy o diffe o Propheta nos quarenta & noue Pfalmos, dizendo a cada hum homem <Chamame em o dia da tribulação, & eu teliurarei, & tu me louurarás. (ZURARA, 1644, p. 03)

¹⁰ E porem sam Tomas, que antre os doutores theollogos foe o mais claro insinador, diz em o segundo livro da segunda parte da Theollogya, em a centesima oitava questom, que toda obra se torna naturalmente aa cousa de que primeiramente procede(...) de sto diz Salomom, em o livro Ecclesyasticis (...) Semelhante cousa se faz em a vida moral, porque todo bem que de liberal voontade procede, faz seu curso direito atees que chega ao recebedor convinhável. (ZURARA, 1841, p. 02)

permanecessem na memória. História como exemplo e caminho moral, portanto, foram os objetivos que o cronista português demonstrou na *Crônica da conquista e tomada de Guiné*.¹¹

Verdade e História enquanto moral também foi o caminho percorrido por Rui de Pina. Para este cronista, a importância da História decorria da valorização do homem mediante o seu meio cultural. A ética estabelecida nos escritos cronísticos devia estar carregada de valores sublimes e superiores, de acordo com os preceitos da cavalaria. A verdade, neste sentido, aparecia envolta em princípios éticos. (SERRÃO, 1977) Esta exaltação moral condizia com os valores humanistas do século XVI e foi bem representada pelo escritor. Portanto, a teoria de Rui de Pina pregava a História voltada para a defesa ética, uma doutrina capaz de melhorar a humanidade potencializando a generosidade dos homens bons.¹²

De acordo com o escritor, a História estava relacionada à exaltação dos grandes feitos. A tônica moral perpassava os bons exemplos, condição primordial para a objetivação de obras historiográficas. Todavia, somente as ações que interessavam à casa régia mereciam recordação a partir da escrita. Deste modo, os fatos que dessem margem às críticas deviam ser eliminados. O ofício histórico devia impor, conseqüentemente, o mérito a quem lhe fosse digno em conexão à exclusão dos fatos das ações menores protagonizadas por agentes que mereciam pouca relevância.¹³ (SERRÃO, 1977) O rei D. Manuel, no prólogo da *Crônica de D. Afonso V*, foi aconselhado a buscar nos livros de História referências relacionadas aos costumes e valores grandiosos representados por reis e príncipes dignos de memória, pois os livros antigos possuíam a magnificência que os contemporâneos deixavam a desejar, estes,

¹¹ (...) quanto a nossa memorya he mais fraca que a sua foe, e menos lembrada do bem que recebe, tanto poeremos cautella mayor por trazer sempre a nossa presença os beneficcios que doutrem ouvermos; os quaes nom podemos esquecer sem grande doesto. E por que nós em os seguintes feitos recebemos de Deos grande beneficcio, per tres maneiras: (...) E por que a dicta crônica specialmente he entitullada a este senhor, queremos logo começar em seus costumes e virtudes, e ainda nas feiçoos corporaaes, por seguirmos o estilo dalguns verdadeiros autores, de que já vimos alguas cronicas. (ZURARA, 1841, p. 07)

¹² (...) não partamos, sem em toda calidade de bondades, e virtudes spirituaaes, e corporaaes nos acharmos logo outros, e sentirmos em nós hum outro singular melhoramento. (...) porque a doutrina hystorial, polo grande provimento dos verdadeiros enxemplos passados que consigo teem, he assi doce e conforme a toda humanidade, que atem os maaos que per lição, ou per ouvida com ella participam torna logo boõs, ou com desejo de o ser: e os boõs muyto melhores. (PINA, p. 69)

¹³ (...) totalas Estorias scriptas possámos esto conseguir, daquellas porem recebemos sobre todas mais bem e maior gosto, nas quaaes, leendo, veemos as perfectas virtudes, e merecidos louvores dos nossos naturaes, e mayores (...) nossas memorias sam muy éspertadas, e que a invenção, e cuidado deste officio d`escrever de huma honestidade, e razam a quaaesquer boõs, e virtuosos por seu galardam se possa atribuyr, ainda por hua outra spicialidade d`obrigatários exemplos. (PINA, p. 70)

imbuídos de interesses próprios e egoístas, deturpando a ética valorosa que se esperava do monarca. Nestas bases, o espelho dos bons exemplos estaria na História.¹⁴

Estas questões relacionadas à verdade, autoridade e legitimidade atendiam aos interesses dos meios nobiliárquicos, público principal dos documentos analisados neste artigo. Os personagens protagonistas das obras baixo medievais apareciam carregados de uma moral condizente aos valores mais sublimes daquelas sociedades, princípios que no campo do discurso permeavam a conduta dos detentores do poder. Os cronistas tentaram estabelecer a normatização dos costumes medievais a partir dos ordenamentos advindos do rei e de sua moral baseada em princípios da cavalaria. Consequentemente, os meios culturais dominantes atestavam esta legitimidade às obras cronísticas e historiográficas oficiais produzidas pelos cronistas régios.

Fernão Lopes emergiu ao cargo de cronista de Portugal compartilhando destes modelos culturais e semeando os caminhos referenciais aos cronistas posteriores. O grupo apoiador da dinastia de Avis era formado por nobres secundogênitos excluídos das grandes partilhas deixadas aos primogênitos. Portanto, eram uma nobreza de segunda linhagem, dependentes da aproximação ao rei enquanto forma de ascensão social. O modelo de nobre ideal, nesta configuração contextual, estava na figura de Nuno Álvares Pereira, enquanto que o modelo de rei ideal estava em D. João I. Fernão Lopes, em seu discurso, discorreu sobre estas idealizações. D. João I foi o modelo de rei destes tempos e seu paralelo foi Nuno Álvares Pereira, nobre e cavaleiro legitimado por suas linhagens sempre próximas ao poder real. (FERNANDES, 2012)

Os modelos nobiliárquicos presentes nas estruturas mentais do medievo que refletiam no discurso cronístico eram voltados para os feitos militares e defendiam regras de conduta do que seria o cavaleiro perfeito, pois em período de insegurança, invasões e pouco diálogo diplomático entre os reinos, a sociedade se acostumou a ter a guerra e a obrigação militar como fatores corriqueiros. Nesta lógica, a cavalaria se destacava enquanto o modelo social mais sublime e espelho cultural para o restante da sociedade. A religião, adaptada a

¹⁴ O mais singular e mais proveitoso conselho (...) que procurasse de vêr e ter por mui familiares os livros, principalmente aquelles, em que os virtuosos costumes e claros feitos dos illustres Reis e Príncipes passados fossem verdadeiramente escriptos. (...) os livros, posto que sejam conselheiros mortos, sempre porém ensinam e dão verdadeiros e são conselhos, mui livres e isentos das paixões dos conselheiros vivos. (PINA, 1901, p. 08 – 09)

estas realidades, justificava a guerra titulando-a de santa e a figura do cavaleiro, de origem pagã, foi apropriada pela cultura cristã proveniente dos círculos elitizados. (BERTOLI, 2010)

Para concluir, os cronistas analisados transmitiram através de histórias um posicionamento de caráter oficial, pois foram escritores financiados por Cortes e participantes de contextos de propaganda régia, tanto em Castela como em Portugal, reinos que, a partir dos grupos políticos dirigentes, utilizaram o campo do fazer cronístico como instrumentos de legitimação e afirmação dinásticas. Buscou-se nestas linhas as análises dos meios políticos e culturais destes escritores enquanto formas de compreensão das estratégias e opções utilizadas na confecção de suas histórias, pois, o discurso legitimador dos fatos transparecidos foi abarcado pelas mentalidades daqueles círculos sociais. O ambiente cortês desencadeador dos modelos nobiliárquicos foi, portanto, o espaço por excelência da produção daquelas obras.

Os prólogos das crônicas analisadas manifestaram as concepções que estes escritores possuíam de seu ofício, além dos recados aos principais financiadores e as críticas aos opositores. Desta maneira, o discurso apresentado pode ser verificado conjuntamente aos interesses políticos e sociais que ilustraram os escritos. Como homens de seu tempo, os cronistas utilizaram a História e aspectos das tradições culturais em que estavam inseridos para, a partir do discurso, legitimar posições políticas das casas régias em que participavam. No período, a História falada possuía a mesma legitimidade do que a escrita, desde que ambos os discursos fossem produzidos por autoridades morais (detentores do poder ou autores clássicos legitimados pelos meios intelectuais). No entanto, o testemunho falado precisava estar registrado pelos escritos oficiais. Na Idade Média, a escrita legitimada por estes termos, portanto, significava maior poder do que a tradição oral. O raciocínio empreendido a partir das influências de autores clássicos adornaram os modelos construídos, estes em acordo com os interesses das casas no poder. Porém, estes discursos foram estruturados a partir de análises historiográficas que corresponderam a pesquisas documentais e orais que fizeram sobreviver no tempo fatos que poderiam estar perdidos ou esquecidos.

O objetivo do artigo, mais do que buscar apontamentos em comum entre as crônicas medievais produzidas na Península Ibérica por escritores funcionários de Cortes régias, foi trazer elementos metodológicos do fazer cronístico como forma de reflexão historiográfica, pois as ementas verificadas pelos cronistas podem servir de referência na construção dos

preceitos culturais do período. A tradição ibérica de analisar cronologicamente fatos políticos enquanto forma de legitimar casas nobiliárquicas faz parte do costume historiográfico daqueles reinos, fator preponderante de justificação dos discursos enquanto instrumental cultural para as análises das relações de poder na baixa Idade Média nos reinos da Península Ibérica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FONTES

LOPES, Fernão. *História de uma revolução: Primeira parte da <<Crónica de El-Rei D. João I de Boa Memória>>*. Lisboa: Publicações Europa-América, 1977.

LOPEZ DE AYALA, Pero. *Crónicas de Los Reyes de Castilla: Don Pedro, Don Henrique II, Don Juan I Y Don Henrique III*. In. Biblioteca de Autores Españoles: desde la formacion, del lenguaje hasta nuestros dias. Madrid: Tomo Primero, 1953

PEREZ DE GUZMAN, Fernan. *Comienza la Crónica del Serenísimo Príncipe Don Juan, Segundo rey deste nombre en Castilla y en Leon*. In. Biblioteca de Autores Españoles: desde la formacion, del lenguaje hasta nuestros dias. Madrid: Tomo Segundo, 1953

_____. *Generaciones, semblanzas é obras de los excelentes reyes de España Don Henrique el Tercero é Don Juan el Segundo y dos venerables perlados y notables caballeros que en los tiempos destes reyes fueron*. In. Biblioteca de Autores Españoles: desde la formacion, del lenguaje hasta nuestros dias. Madrid: Tomo Segundo, 1953.

PINA, Rui de. *Chronica d'El-Rei D. Duarte*. Porto: Edição da Renascença Portuguesa.

_____. *Chronica de El-Rei D. Afonso V*. Lisboa: Bibliotheca de Classicos Portugueses, 1901.

ZURARA, Gomes Eanes. *Chronica del rey D. loam I de boa memoria e dos reys de Portvgal o decimo: Terceira parte em que se contem a tomada de Ceita*. Lisboa. 1644.

_____. *Chronica do descobrimento e conquista de Guiné*. Paris: Publicada por J. P. Aillaud, 1841.

ZURITA, Gerónimo. *Crónicas de Los Reyes de Castilla: Don Pedro, Don Henrique II, Don Juan I Y Don Henrique III*. In. Biblioteca de Autores Españoles: desde la formacion, del lenguaje hasta nuestros dias. Madrid: Tomo Primero, 1953.

REFERÊNCIAS

BERTOLI, André Luiz. Ensaio sobre a Cronística e a Guerra em Portugal no final da Idade Média. *Revista Litteris*, nº 5, Julho de 2010.

CASTILLO MATHIEU, Nicolás Del. *Breve análisis de las “Generaciones y Semblanzas” de Fernán Pérez de Guzmán*. Tomo XXXIII, nº 3. Bogotá: Thesaurus, 1978.

DUARTE, Isabel Margarida. *O relato de discurso da Crónica da Tomada de Ceuta de Gomes Eanes de Zurara*. Centro de Linguística da Universidade do Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2002.

FERNANDES, Fátima Regina. As Crônicas e as Chancelarias régias: a natureza e os problemas de aplicação das fontes medievais portuguesas. *Revista Ágora*, n. 16, p. 77-94. Vitória, 2012.

_____. As relações régio-nobiliárquicas na Baixa Idade Média portuguesa. *Historia UCA*, p. 481 – 504. 2011, p. 482 – 483.

GUIMARÃES, Marcella Lopes. Crônica de um gênero histórico. *Revista Diálogos Mediterrânicos*. nº 2, p. 67 – 78. Curitiba, 2012.

GUENÉE, Bernard. História. Trad: Lênia Márcia Mongelli. In. LE GOFF, Jacques e SCHMITT, Jean-Claude. *Dicionário Temático do Ocidente Medieval*. Bauru: Edusc, 2006.

GOMES, Rita Costa. *D. Fernando*. Rio de Mouro: Ed. Temas e Debates, 2009.

MERCURI, Danielle Oliveira. O poder dos reis castelhanos nas Crônicas de Pero Lopez de Ayala. *Revista Aletheia*, nº 2, vol. 2/2, 2009.

ORTA, Daniel Augusto Arpelau. *Tamtas cousa notáveis pera escrever: Relações de poder e perfis ideais na Crônica do Conde D. Pedro de Menezes de Gomes Eanes de Zurara*. Dissertação defendida na Universidade Federal do Paraná, sob orientação de Dr(a). Fátima Regina Fernandes. Curitiba, 2010.

ROSELL, Cayetano. *Crônicas de Los Reyes de Castilla: Don Pedro, Don Henrique II, Don Juan I Y Don Henrique III*. In. Biblioteca de Autores Españoles: desde la formacion, del lenguaje hasta nuestros dias. Madrid: Tomo Primero, 1953.

SCHIAVINATO, Rodrigo Barbosa. *D. Pedro I de Portugal (1357 – 1367): entre o discurso cronístico e a voz das Cortes*. Dissertação defendida na Universidade Federal do Paraná, sob orientação de Dr(a). Marcella Lopes Guimarães. Curitiba, 2011.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *Cronistas do Século XV posteriores a Fernão Lopes*. Instituto de Cultura Portuguesa, 1977.